

HABEAS CORPUS Nº 548.231 - SC (2019/0355279-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDUARDO LEVY PICCHETTO
ADVOGADO : EDUARDO LEVY PICCHETTO - SP299384
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : LUCIANO LIMA FALCONI (PRESO)

DECISÃO

LUCIANO LIMA FALCONI, acusado de pertencer a **organização criminosa** voltada para a prática de corrupção ativa e passiva, de estelionato, de sonegação fiscal e de lavagem de dinheiro, a qual, segundo a acusação, teria causado **prejuízo superior a R\$ 2 bilhões**, alega ser vítima de constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, que indeferiu pedido de liminar formulado em habeas corpus impetrado na origem.

Neste *writ*, alega afirma a defesa, em síntese, a ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, sobretudo pela falta de contemporaneidade e pelas circunstâncias pessoais favoráveis do acusado. Assere que "a circunstância de que fatos teriam ocorrido na empresa Platinum, empresa que não é gerida por Luciano Falconi, da qual o Paciente não é sócio, diretor, nem funcionário, não se é possível, com isto, imputar tais circunstâncias a Luciano sem operar-se impossível responsabilização por fatos de terceiros" (fl. 24).

Realça que os fundamentos externados no *decisum* "não enfrentam a realidade pessoal de Luciano Falconi, encontrando-se desamparados de respaldo probatório nos autos e remetidos a fatos ocorridos em data remota, tratando-se de argumentos genéricos e abstratos, sendo certo, por outro lado, que são favoráveis as circunstâncias pessoais do Paciente, conforme se vê da documentação que instrui o presente *writ*" (fl. 25).

Requer, liminarmente, seja deferido o direito de o paciente aguardar em liberdade o julgamento do habeas corpus ou que sejam fixadas medidas cautelares alternativas à prisão.

De início, registro que o *writ* é impetrado contra decisão

Superior Tribunal de Justiça

que indeferiu o pedido de liminar formulado em habeas corpus proposto na origem. De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau – incidência do enunciado da **Súmula 691 do STF** –, salvo se evidenciada, **sem necessidade de exame mais vertical, a manifesta violação ilegal do direito à liberdade, o que, na espécie, não verifico.**

Deveras, a decisão constritiva, com quase 300 laudas, expõe, de modo concatenado e dividido por núcleos, diversos fatos que refletem a própria estrutura da suposta organização criminosa – com atuação em diversos Estados da Federação e especializada na utilização de créditos tributários fictícios que seriam objeto de compensação tributária, **cujos prejuízos superam os dois bilhões de reais**, segundo a acusação –, situação que denota a complexidade do caso, a exigir maior cautela do exame do pedido formulado pela defesa, o que não se coaduna com a cognição sumária *initio litis*, senão com o mérito do *mandamus*, a ser analisado no momento oportuno.

Além disso, no que tange ao paciente, foi construído, no *decisum*, tópico próprio, no qual foi exposto a possível criação de empresas de fachada, a fim de ocultar os valores recebidos da organização criminosa. Destacou o Magistrado de primeiro grau, que "foram analisadas as transmissões de declarações à RFB **no período de novembro/2016 a abril/2018**. A participação de Luciano Lima Falconi nas fraudes investigadas ficou demonstrada. As declarações transmitidas se referem às empresas" (fl. 110, destaquei).

Assinalou, ainda, "que pela dimensão e o caráter serial dos crimes, aliada à duração da prática delitiva (desde 2015) e **a sofisticação das condutas delitivas por atuar na intermediação de negócios entre a empresa Platinum Consultoria Empresarial Eireli e os contribuintes, quanto na elaboração de processos fraudulentos de compensação de créditos tributários, de modo a aferição da atualidade do risco à ordem pública**, como todos os vetores que compõem a necessidade de imposição da prisão preventiva" (fl. 113, grifei).

Por fim, frisou: "a decretação da prisão preventiva se impõe para assegurar que cesse a prática contínua e reiterada de delitos, que já

Superior Tribunal de Justiça

perdura por bastante tempo, sob pena de ficar fragilizada a ordem pública, além de subsidiariamente facilitar a possibilidade de serem revertidos os efeitos deletérios ao erário público, neutralizando sua atuação nociva em relação a novos ilícitos" (fl. 115).

Tais circunstâncias, que se somam a própria complexidade do caso, reforçam a inexistência de plausibilidade jurídica que justifique, à míngua de apreciação do tema pelo Tribunal de origem, a intervenção prematura desta Corte, com a suplantação da **Súmula n. 691 do STF**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**